

ISSN 2595-8801



Volume 2

n° 02
(2019)

7950

Unilogos®
7950 NW, 53rd Street (Suite 337)
Miami, FL (USA)

REVISTA CIENTIFICA

COGNITIONIS

suae quisque fortuna faber est


**LOGOS UNIVERSITY
INTERNATIONAL®**



A IMPORTÂNCIA DA RELAÇÃO ESCOLA-FAMÍLIA E AS CONTRIBUIÇÕES PARA O PROCESSO DE APRENDIZAGEM

Josiani Alves Moreira
Profª Me. do Centro Universitário de Vale do Araguaia- UNIVAR- MT

Leonardo Bastos Ávila
Prof. Phd da Unilogos University – Flórida – USA

RESUMO

A presente pesquisa, essencialmente bibliográfica, teve como objetivo, investigar sobre a importância da relação escola/ família no meio educacional em vista de um ensino de qualidade num processo contínuo. O percurso metodológico constou de uma revisão bibliográfica sobre o tema, a partir de consultas em livros, revistas e artigos científicos, com ênfase na discussão sobre a função social da escola e sua responsabilidade na educação dos jovens do Ensino Médio e a participação da família no contexto educacional. A escolha do tema foi motivada, considerando a necessidade de aprofundar estudos sobre o assunto, contribuindo desse modo, com a ampliação do campo de conhecimento de profissionais da educação. A atuação da pesquisadora na área da educação, foi essencialmente um dos fatores que também influenciou na delimitação da temática, dada a importância da criação de fontes de consultas que possam de fato dar subsídio teórico aos futuros pesquisadores. Os resultados sinalizaram que fatores externos interferem na relação entre a escola-família, de modo a comprometer o processo de ensino e aprendizagem, uma vez que os pais/responsáveis atribuem o trabalho e as diversas atividades do dia a dia como principais empecilhos para participação ativa na vida escolar de seu filho.

PALAVRAS-CHAVE: Escola- Família- Aprendizagem- Ensino Médio

1- INTRODUÇÃO

A relação família e escola tem sido tema de inúmeras discussões entre educadores e há décadas pesquisas revelam ser imprescindível envolver a família e torná-la parte do processo educativo, fato este que esbarra na escassez de tempo dos pais para acompanhar os filhos, bem como a jornada de trabalho e o estresse cotidiano que os afastam da rotina escolar dos filhos. Há décadas, a instituição escolar era restrita, não havia nenhum tipo de diálogo e tinha-se a visão de que os pais não podiam acrescentar nada de positivo para as práticas educativas, ou seja, a escola era diferente da família e apresentava conceitos de uma educação da qual nenhuma outra instituição poderia se ocupar.

Diante do exposto, a presente pesquisa, essencialmente bibliográfica, teve por finalidade investigar sobre a importância da relação escola-família e as contribuições para o processo de aprendizagem dos alunos. Para tanto, fez-se necessário compreender essa parceria para a promoção de uma aprendizagem prazerosa, eficaz e significativa.

O percurso metodológico constou de uma revisão bibliográfica sobre o tema, a partir de consultas em livros, revistas e artigos científicos, com ênfase na discussão sobre a função social da escola e sua responsabilidade na educação dos jovens do Ensino Médio, a participação da família no contexto educacional, o perfil do professor do século XXI. A escolha do tema foi motivada, considerando a necessidade de aprofundar estudos sobre o assunto, contribuindo desse modo, com a ampliação do campo de conhecimento de profissionais da educação.

A atuação da pesquisadora na área da educação, foi essencialmente um dos fatores que também influenciou na delimitação da temática, dada a importância da criação de fontes de consultas que possam de fato dar subsídio teórico aos futuros pesquisadores. Neste cenário, justifica-se a realização da pesquisa, que buscou identificar as potencialidades e fragilidades existentes na relação entre família/escola/docente para a melhoria da qualidade do processo ensino-aprendizagem.

2- REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA

Em tempos contemporâneos a função desafiadora da escola está em apontar estratégias, desenvolver habilidades e competências para realizar um trabalho que envolva toda uma estrutura humana nos aspectos social, físico, afetivo e intelectual, a partir de uma formação integral do indivíduo. Esse desafio abrange valorizar e respeitar os conhecimentos prévios e, a partir desse conhecimento do senso comum, inserir novos conhecimentos: ensinando e aprendendo.

De acordo com a BNCC- Base Nacional Comum Curricular, no contexto dessa formação é “imprescindível considerar a dinâmica social contemporânea, marcada pelas rápidas transformações decorrentes do desenvolvimento tecnológico” (BRASIL, 2017, p. 462).

Assim, em meio a essas transformações, surge, portanto, o grande desafio que é a organização de um currículo que se aproxime das necessidades de formação dos jovens na atualidade, sem perder de vista, políticas públicas educacionais eficazes, as quais são essenciais nesse processo.

Nessa mesma direção, as funções sociais da escola ampliam-se a fim de converter-se em centro privilegiado de educação, cidadania e cultura. É para o exercício dessa missão que a escola precisa assegurar a concretização de atividades que possuam relação com todas as formas que envolvem a tarefa da escola. Faz-se necessário entender com clareza o que se quer alcançar na escola, para que se possam traçar objetivos bem definidos, de forma a desenvolver com sucesso o seu papel social, em que o foco principal são os alunos que terão de construir, com auxílio do educador, seu crescimento intelectual, emocional e espiritual.

De fato, a educação, entendida como uma prática social ocorre nas relações sociais estabelecidas entre os indivíduos dos mais diversos segmentos, seja em movimentos sociais ou em instituições. E nesse processo de convivência e interação o homem se torna capaz de criar estruturas sociais que aos poucos vão se solidificando. Sobre a interação do homem com o mundo Freire (2008) sinaliza que:

O mundo não é. O mundo está sendo. Como subjetividade curiosa, interferidora na objetividade com que dialeticamente me relaciono. Meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre, mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências. Não sou apenas objeto da História, mas seu sujeito igualmente (FREIRE, 2008, p. 76).

Desse modo a escola, que é criação do próprio homem, somente se legitimará quando de fato cumprir a finalidade para a qual foi criada. Para tanto, faz-se necessário que ela se constitua em um espaço de sociabilidade e formação de sujeitos verdadeiramente históricos, capazes de produzir seus próprios conhecimentos, ou seja, indivíduos autônomos.

Do ponto de vista de Rodrigues:

Não há uma educação universal, boa em si. Ela é uma forma irresistível, imposta sobre os outros para cumprir fins determinados de fora. Se não podemos nos libertar totalmente do seu poder, o conhecimento dele pode atenuar seus efeitos. Se cada sociedade considerada em determinado momento histórico do seu desenvolvimento, impõe um tipo de educação, é necessário que conheçamos esta sociedade e seu momento histórico se queremos desnudar o seu sistema de educação.

Especialmente quando é preciso reverter o processo em que se está mergulhado (RODRIGUES, 2001, p. 78).

Em outras palavras, todos os envolvidos no processo educativo necessitam compreender que a escola é também um espaço contraditório e necessita de um Projeto Político Pedagógico capaz de explicitar todos os seus objetivos, intenções e metas. Nessa direção, há também que compreender que todo e qualquer ato educativo está vinculado a concepções autoritárias ou democráticas. Os Parâmetros Curriculares Nacionais compartilham com essa ideia ao afirmar que:

A escola não muda a sociedade, mas pode, partilhando esse projeto com segmentos sociais que assumem os princípios democráticos, articulando-se a eles, constituir-se não apenas como espaço de reprodução, mas também como espaço de transformação” (BRASIL, 1997, p.25).

Entretanto, a gestão escolar exerce influências expressivas nesse contexto, pois além de gerir processos administrativos deve administrar os processos político-pedagógicos, de modo a envolver os diversos segmentos da escola. Na perspectiva dessa participação coletiva a escola difunde conhecimentos necessários à formação das novas gerações.

De acordo com o artigo 1º da LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 a educação deve vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social. O artigo 2º sinaliza que a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Como se pode observar, a Lei é clara ao afirmar que educar é responsabilidade da família e do Estado. Portanto, no âmbito escolar o espaço da sala de aula oportuniza as mais diversas interações, onde o professor é o mediador. Desse modo, como descreve Freire,

Assim como não posso ser professor sem me achar capacitado para ensinar certo e bem os conteúdos de minha disciplina, não posso, por outro lado, reduzir minha prática docente ao puro ensino daqueles conteúdos. Esse é um momento apenas de minha atividade pedagógica. Tão importante quanto ele, o ensino dos conteúdos, é o meu testemunho ético ao ensiná-los. É a decência com que o faço. É a preparação científica revelada sem arrogância, pelo contrário, com humildade (FREIRE, 2003, p.103).

Diante do exposto, considera-se indispensável a parceria entre escola e família no sentido de garantir a boa formação dos estudantes, porém, há que se compreender também que por mais que a escola assuma a responsabilidade pela educação, não suprirá a família. Os Parâmetros Curriculares Nacionais sinalizam com clareza sobre as vantagens do processo educativo no contexto de formação dos indivíduos:

No processo educativo, o aluno vivencia situações diversificadas que favorecem o aprendizado, para dialogar de maneira competente com a comunidade, aprender a respeitar e a ser respeitado, a ouvir e a ser ouvido, a reivindicar direitos e a cumprir obrigações, a participar ativamente da vida científica, cultural, social e política do País e do mundo (BRASIL, 1997, p.48).

Nessa perspectiva Severino (1994), corrobora com essa discussão quando afirma que é efetivamente cidadão, se usufrui dos bens materiais necessários para a sustentação de sua existência física, dos bens simbólicos necessários para a sustentação de sua existência subjetiva e dos bens políticos necessários para a sustentação de sua existência social.

Assim, é imprescindível que a escola garanta aos alunos a aprendizagem de conhecimentos e habilidades necessários para um convívio social saudável. Trata-se, portanto, de aprendizagens que se referem, dentre outras, ao domínio dos conteúdos culturais básicos, da leitura e da escrita, das ciências, das artes, das letras sem perder de vista a ideia de que não basta apenas transmitir os conhecimentos, mas torná-los significativos para o aluno.

Sabendo que o fundamental da atuação docente é promover a aprendizagem dos alunos, o professor reconhece a importância de envolvê-los, mobilizar seus processos de pensamento, explorar todas as dimensões e oportunidades de aprendizagem, fazer e refazer percursos, criar e renovar procedimentos visando sempre seus alunos reais, que formam um grupo com características próprias (CENPEC, 2002, p.2).

É inquestionável a importância do professor na formação do aluno, pois uma vez que a escola tem o compromisso social de ir além da mera transmissão de conhecimento caberá ao educador, subsidiar os educandos com elementos que possam contribuir para o desenvolvimento de suas capacidades na busca por informações além de uma aprendizagem permanente.

Giroux (1997, p. 65) assevera que trabalhar em sala de aula significa aprender a viver em agrupamentos. Aliado aos valores predominantes do sistema educacional, isso tem implicações profundas para a educação social estabelecidas nas escolas. Igualmente

significativo é o fato de que as escolas são ambientes avaliadores, e o que o estudante aprende não é simplesmente como ser avaliado, mas como avaliar a si mesmo e também os outros.

É fundamental que a cada momento o professor instigue o aluno a pensar, argumentar e tirar suas próprias conclusões. Para tanto se faz necessário a adoção de procedimentos didáticos participativos, desafiadores e que problematizem os conteúdos e estimulem o aluno a pensar.

Portanto, é função da escola oportunizar o ensino de valores que possam direcionar a vida dos estudantes. Para tanto há que se pensar em um currículo que contemple a formação de valores uma vez que a construção de uma escola democrática, competente e de qualidade é uma exigência social.

2.2 O ALUNO NO ENSINO MÉDIO

No âmbito das discussões sobre a Educação Brasileira, de modo específico o Ensino Médio, é possível identificar importantes debates, considerando ser este, o nível de ensino onde persistem os mais diversos problemas advindos de fatores internos ou externos. Dentre esses fatores destaca-se o desenvolvimento tecnológico que traz, especialmente aos jovens, a aquisição de conhecimento de maneira superficial, sem contar com a cultura do consumo que acaba por incentivar a alienação, o desinteresse pelas ações coletivas e a escolaridade inclui-se nesse conjunto.

A BNCC sinaliza que a realidade educacional do País tem mostrado que a etapa do Ensino Médio representa um gargalo na garantia do direito à educação. Entre os fatores que explicam esse cenário, destacam-se o desempenho insuficiente dos alunos nos anos finais do Ensino Fundamental, a organização curricular do Ensino Médio vigente, com excesso de componentes curriculares, e uma abordagem pedagógica distante das culturas juvenis e do mundo do trabalho. Para além da necessidade de universalizar o atendimento, outros grandes desafios do Ensino Médio na atualidade são garantir a permanência e as aprendizagens dos estudantes, respondendo às suas aspirações presentes e futuras (BRASIL, 2017).

Volpi et all (2014), cita alguns fatores que comprometem o acesso à escola e aumenta a exclusão do jovem de 15 a 17 anos, como por exemplo as características pessoais e familiares, a localização da moradia, questões relacionadas à qualidade de serviços, ou seja, os chamados fatores comunitários e também a política educacional e

financeira, especificamente o nível de gastos com educação, além das condições econômicas, demográficas e sociais.

Krawczyk (2011), também contribui com essa discussão quando aponta alguns desafios no Ensino Médio, dentre os quais, destaca o papel político, cultural e econômico, o tipo de formação (geral e/ou profissional), a relação entre o conhecimento e a construção do seu currículo, a modificação da regulação educacional e a reconfiguração do público e privado, as novas formas de informação e conhecimento produtoras da competição entre os meios de comunicação e a instituição escolar, o papel atual da educação média e as diferentes modalidades de ensino, a relação entre a formação docente e as atuais condições de trabalho nas escolas públicas.

Diante do exposto, vale enfatizar a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, assegurados na Constituição Federal de 1988, e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996. No entanto, são visíveis os problemas que afetam a referida etapa de ensino, especialmente no que tange à evasão escolar, repetência e também o fracasso escolar.

Volpi *et all* (2014) afirma, ainda, que no contexto do Ensino Médio, que:

Independentemente do lugar, a relação dos adolescentes com a escola é muito parecida. Os obstáculos também são semelhantes. Alguns deles estão relacionados com o contexto socioeconômico, como o trabalho precoce, a gravidez e a violência familiar e no entorno da escola. Outros estão vinculados a questões ligadas à organização da escola, como os conteúdos distantes da realidade dos alunos; a falta de diálogo entre alunos, professores e a gestão da escola; a desmotivação e as condições de trabalho dos professores; a violência do cotidiano escolar; e a infraestrutura precária dos estabelecimentos. (VOLPI et al, 2014, p. 6).

Como se pode observar, são problemas pontuais que demandam políticas públicas sociais e de valorização dos professores, além da organização de um currículo compatível com as reais necessidades de formação do jovem de 15 a 17 anos. De acordo com dados da Pnad¹- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio divulgados em 2011, esta faixa etária representa o grupo mais atingido pela exclusão, ou seja, mais de 1,7 milhões deles estão fora da escola.

Face a essa realidade, é possível compreender que as matrículas no Ensino Médio estão associadas à melhoria na qualidade do Ensino Fundamental, ou seja, é

¹ A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) é uma pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em uma amostra de domicílios brasileiros que, por ter propósitos múltiplos, investiga diversas características socioeconômicas da sociedade, como população, educação, trabalho, rendimento.

indispensável que esses estudantes melhorem a aprendizagem, evitando assim, a retenção. Todavia, a baixa aprendizagem ao longo do Ensino Fundamental, compromete, evidentemente, a continuidade nos estudos.

Nessa direção, faz-se necessário uma referência à expansão e universalização do Ensino Médio à luz do PNE- Plano Nacional de Educação. O PNE, aprovado pela Lei nº 13.005/2014, é um plano decenal que define os objetivos e metas para a educação em todos os níveis, com vista à garantia da qualidade do ensino e à valorização dos profissionais que atuam na educação. Trata-se, portanto, de um documento, objeto de constantes avaliações dos mais diversos setores: Ministério da Educação, do Conselho Nacional de Educação, Fórum Nacional de Educação.

A ampliação do acesso do adolescente ao Ensino Médio tem sido um grande desafio nas últimas décadas. Os debates em torno desse assunto ganham força e prioridade no campo das políticas públicas educacionais. A emenda constitucional de 2009 torna obrigatória a oferta de educação, ou seja, alunos com idade dos 4 aos 17 anos.

Essa decisão ganha força com o PNE- Plano Nacional de Educação, na Meta 3: Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de quinze a dezessete anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para oitenta e cinco por cento (BRASIL, 2014, p. 53).

Destaca-se, também, a Meta 6 desse documento, a qual prevê a educação em tempo integral em no mínimo 50% das escolas públicas. Trata-se, portanto, de uma política que evidentemente, poderá produzir resultados favoráveis em relação à permanência dos alunos na escola. Porém, é fundamental a definição clara, acerca da verdadeira identidade do Ensino Médio, ou seja, qual a sua finalidade? Será a preparação do aluno para o ingresso no Ensino Superior? Ou somente uma etapa de terminalidade da educação básica? Destarte, faz-se necessário o investimento na formação do professor com vista no fortalecimento de práticas pedagógicas que superem os desafios na formação dos jovens.

Volp et al (2014) faz referência à formação de professores destacando algumas políticas que ganham força nos últimos tempos. Dentre elas, citam-se Iniciativas como o Pró-Licenciatura (2005), a Universidade Aberta do Brasil (2006) e o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), de 2009.

Segundo essa mesma pesquisadora, o objetivo desses programas é formar professores de Licenciatura para o segundo ciclo do ensino fundamental e o ensino médio fazendo frente a um cenário em que, segundo estimativas do MEC, cerca de 500 mil

professores em atuação nessas etapas não têm formação compatível com a área em que lecionam, especialmente em exatas e biológicas.

2.3 A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NO CONTEXTO EDUCACIONAL

A família sempre representou um papel importante no contexto escolar dada a necessidade do fortalecimento cada vez maior do processo ensino/aprendizagem do aluno. Nessa perspectiva acredita-se que parte do aprendizado das crianças depende do apoio e acompanhamento dos pais ou responsáveis. Para tanto, faz-se necessário que os pais estejam sempre presentes no contexto escolar, para que assim, possam conhecer os métodos de ensino adotados pela escola e mais especificamente pelos professores, bem como informar-se sobre a relação professor e aluno, fator esse indispensável para uma boa aprendizagem.

No contexto dessa discussão considera-se importante uma breve contextualização histórica acerca da relação entre família e escola, a qual foi marcada pela disciplina e pela moral na Era Vargas². A História da Educação no Brasil sinaliza que no fim da Primeira República e início do governo de Getúlio Vargas, consolida-se a dimensão reformista da escola, sobretudo no que se refere às camadas mais pobres.

Nessa busca pelos bons costumes, com ênfase na higiene e alimentação, a figura feminina é identificada como a grande responsável por garantir a boa ordem no lar e nesse caso, necessitava ser reeducada para conhecer e compreender as necessidades infantis. Para tanto, a estratégia era a utilização do próprio aluno como um elemento intermediário entre as duas instituições: família e escola.

Castro e Regattieri (2009) sinalizam que nesse período,

A família inicialmente perde sua função de educadora em favor da sociedade política, mas, em seguida, é chamada de volta ao terreno da educação para auxiliar o Estado educador. Enquanto a escola continua a comandar o processo, os pais e responsáveis passam a ocupar uma posição de auxiliar... Com seu *status* de serviço de interesse público, a educação passa a ser exercida por profissionais com saberes, poderes, técnicas e métodos próprios. Essa demarcação separa familiares e profissionais da educação, distinguindo leigos e doutos na promoção da aprendizagem escolar. A escola afirmava-se como instituição especializada na socialização das crianças, sobrepondo-se à família, às igrejas ou a quaisquer outras iniciativas de organização social. As

²Era Vargas é o nome que se dá ao período em que Getúlio Vargas governou o Brasil por 15 anos, de forma contínua (de 1930 a 1945). Esse período foi um marco na história brasileira, em razão das inúmeras alterações que Getúlio Vargas fez no país, tanto sociais quanto econômicas.

famílias, também atingidas pela complexidade que tomou conta do mundo e da escola, também se reorganizam. Não surpreende então que família e escola, obrigadas a conviver e partilhar desigualmente a responsabilidade pela educação das novas gerações, às vezes conduzam o trabalho de forma substancialmente diferente e até mesmo conflitante (CASTRO e REGATTIERI, 2009, p. 22).

Era, portanto, o caminho para a Ditadura e à medida que o regime de Vargas se fechava a educação caracterizava-se para a prática da disciplina, a moral e a nacionalidade, ou seja, era um regime que moldava o ensino. Essa realidade configurou-se como uma concepção contrária àquela que se tem no início desse século XXI em que o aluno é o foco principal do processo ensino e aprendizagem.

Com o movimento dos direitos humanos e a Carta Internacional dos Direitos da Criança, de 1987, a criança passa a ser considerada como sujeito de direito, o que acabou por mudar a concepção de aluno. Nesse caso surgem os conflitos, uma vez que não cabia mais as relações horizontais marcadas pelo exercício da autoridade da família e da escola sobre os pequenos.

Castro e Regattieri (2009) contribuem com essa discussão sinalizando que na consolidação dos direitos das crianças, as responsabilidades específicas dos adultos que as cercam vão sendo modificadas e a relação escola-família passa a ser regida por novas normas e leis. No Brasil, em termos legais, os direitos infanto-juvenis estão amparados pela Constituição e desdobrados no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069, de 1990, e na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em 1996. É importante ressaltar que esses dois documentos citados contam com a ação efetiva dos pais ou responsáveis, bem como da escola.

Outro documento que merece destaque é o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), formalizado pelo Decreto nº 6.094, de 24/4/2007, que reforça a importância da participação das famílias e da comunidade na busca da melhoria da qualidade da educação básica.

São várias as pesquisas que envolve a relação escola e família especialmente no que tange à responsabilidade quanto à educação. O que se percebe é que essas duas instituições acabam por distanciar-se uma da outra, mesmo sendo convictas de que deveriam manter um espaço comum nesse processo de formação.

Normalmente, quando o aluno aprende, tira boas notas e se comporta adequadamente, mães, pais e professores se sentem como agentes complementares, corresponsáveis pelo sucesso. Todos compartilham os

louros daquela vitória. Mas, quando os alunos ficam indisciplinados ou têm baixo rendimento escolar, começam as disputas em torno da divisão de responsabilidades pelo insucesso (CASTRO e REGATTIERI, 2009, p. 30).

Na verdade, assim como o sucesso escolar o fracasso também é responsabilidade de todos. Portanto, há que se banir dessa relação, a culpa pelo insucesso do aluno que sofre as consequências dessa falta de harmonia entre a família e a escola. Nesse contexto geralmente a escola sofre mais as consequências, em virtude da necessidade de atender às exigências da legislação.

Uma prática comum nas escolas são as reuniões de pais e Mestres que visam debater e informar sobre as aprendizagens dos alunos, bem como as práticas pedagógicas. Trata-se, portanto de uma ação prevista no PPP- projeto Político Pedagógico. Essa é de fato, uma oportunidade para que a escola possa estreitar as relações com os pais, no sentido de abrir suas portas para uma convivência saudável que tenha como objetivo primeiro, o sucesso dos alunos.

O Jornal Rádio pela Infância, publicado pelo Programa Todos pela Educação em parceria com a UNICEF (2009) afirma que:

A participação dos pais tem forte impacto sobre o desempenho escolar dos filhos. Outros fatores, como atividades extracurriculares e hábitos de leitura também influenciam no aprendizado. Os dados estão nas avaliações da qualidade do ensino realizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC). Vários outros estudos também indicam que quando a família está por perto, interessada, a criança se sente segura e motivada a estudar. A participação não é só na verificação dos deveres ou nas reuniões programadas. Isso é importante, mas existem outras formas de estar presente e contribuir para a educação dos filhos. Os pais devem ir à escola, conversar com funcionários, professores e procurar colaborar. Assim, eles mostram que acreditam na educação. E o que acontece? Os educadores também trabalham motivados, contribuindo para a qualidade do ensino (BRASIL, 2009, p. 2).

O Conselho Escolar é um segmento importante na escola, uma vez, que segundo o MEC- Ministério da Educação (2004) tem papel decisivo na democratização da educação e da escola. Ele é um importante espaço no processo de democratização, na medida em que reúne diretores, professores, funcionários, estudantes, pais e outros representantes da comunidade para discutir, definir e acompanhar o desenvolvimento do projeto político-pedagógico da escola, que deve ser visto, debatido e analisado dentro do contexto nacional e internacional em que vivemos.

Desse modo, o desenvolvimento de projetos na escola que primem pela participação efetiva da família na vida escolar dos filhos é evidentemente uma maneira de estabelecer uma relação favorável e produtiva que possa garantir melhores índices de aprendizagem.

Em tempos contemporâneos a violência, a marginalidade, as drogas têm sido uma ameaça à qualidade de vida dos jovens e adolescentes e evidentemente às famílias de um modo geral. A família exerce um papel importante no processo de desenvolvimento dos filhos em todos os seus aspectos: físico, cognitivo e emocional.

O envolvimento afetivo dos pais com os filhos garante uma formação mais equilibrada uma vez que aumenta a capacidade dos pequenos em lidarem melhor com as dificuldades da vida, aproveitando os momentos frustrantes e de emoções negativas, com base no afeto e na preparação emocional.

A descoberta dos limites e possibilidades existentes entre a liberdade e o autoritarismo no contexto familiar não é tarefa fácil. Os conflitos entre gerações sempre existiram e sempre trouxeram dúvidas sobre qual é a melhor maneira de educar os filhos sem torná-los egoístas ou dependentes.

O que se pode observar no contexto dessa discussão é que esse jeito indisciplinado de ser se estende também à escola, fato esse que prejudica o ensino e a aprendizagem. Professores e orientadores têm dificuldade em estabelecer limites na sala de aula e não sabem até que ponto deve intervir em comportamentos inadequados que ocorrem nos pátios escolares.

Estudos apontam o impacto das práticas educativas sobre o desenvolvimento infantil em todas as sociedades e no contexto das investigações e pesquisas acerca da temática, os questionamentos são constantes: por que razões nem todas as famílias são capazes de lidar com o processo educativo dos filhos com tranquilidade e equilíbrio?

Diante do exposto, há que se considerar que a educação dos filhos, deve ser conduzida pelos pais. Os pequenos necessitam aprender a conviver com os outros dentro de princípios básicos dessa convivência de modo que a educação recebida no lar possa refletir de forma positiva nos espaços escolares onde a educação será estendida.

3- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo, analisar a situação em que se encontra a relação família e escola para a melhoria do processo ensino-aprendizagem dos alunos do Ensino Médio, de modo a identificar evidências e práticas que fortaleçam essas relações. Para tanto, foram realizados estudos teóricos sobre o assunto, sem, contudo, buscar identificar modelo ideal de interação.

Buscando respostas aos questionamentos iniciais da pesquisa, ficou evidente que fatores externos interferem na relação entre a escola-família, de modo a comprometer o processo de ensino e aprendizagem, uma vez que os pais/responsáveis atribuem o trabalho e as diversas atividades do dia a dia como principais empecilhos para participação ativa na vida escolar de seu filho. A maioria das famílias não possui disponibilidade de tempo em razão de ter que trabalhar para garantir a subsistência. Todavia, a escola precisa estar atenta para conviver com as adversidades e as diversidades familiares de forma a criar situações que auxiliem as famílias que não dispõem de tempo para participar de forma mais efetiva.

O cenário histórico e social demonstra que são as mudanças envolvendo a relação escola-docente-família que transformam a realidade econômica, social, política de uma comunidade. As imposições da vida cotidiana, em uma sociedade cada vez competitiva acabam gerando conflitos, principalmente quanto à delimitação de papéis vividos pela família e pela escola, como, por exemplo, a redução do tempo para que os pais/responsáveis acompanhem a educação de seus filhos, o conflito de gerações, a jornadas extenuantes de trabalho, o desemprego.

O modelo familiar visto em dias atuais não é o mesmo visto no passado, por esta razão falar de família desestruturada e desajustada não tem mais sentido, porém, faz-se necessário, já que sobrou para a escola reorganizar este quadro caótico, abrir portas para a integração e parceria, trazendo equilíbrio para a crise que a modernidade trouxe. Entretanto, mesmo com as mudanças que a modernidade trouxe não se deve perder o foco, que é o processo de aprendizagem que pode ocorrer de variadas formas e estilos.

O processo de aprendizagem deve ocorrer gradativamente e ser significativo, compreendendo e respeitando o ser de cada educando, já que a heterogeneidade se faz presente em todo ambiente social. Assim sendo, a cada instante tenta-se estabelecer envolvimento entre pais e professores, de modo que esses atores não se confundam,

saibam qual o seu verdadeiro papel no processo de ensinar e não se sintam perdidos diante do seu dever enquanto pais e educadores.

Diante do exposto, é importante que a família se envolva no processo educacional, rumo a uma educação de sucesso apoiada na relação escola-família-docente, já que não se aprende somente na escola. Assim, espera-se ter contribuído com o debate e o diálogo sobre a interação família-escola com a convicção de que há um longo caminho a ser percorrido, e que não cabe parar por aqui.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL, Plano Nacional de Educação 2014-2024 [recurso eletrônico] : **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências.** – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

_____. **Estatuto da Criança do Adolescente.** 5ª Ed. Subsecretaria de edições técnicas: Brasília, 2005.

_____. Lei 9.394 de 1996. **LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional e legislação para a educação. Brasília, 2006.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular** – BNCC 2ª versão. Brasília, DF, 2016.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** apresentação dos temas Transversais. Ministério da Educação. Brasília, 2001.

CASTRO, Jane Margareth, REGATTIERI, Marilza (org). **Interação escola-família:** subsídios para práticas escolares. Brasília: UNESCO, MEC, 2009.

CENPEC- Centro de Estudos e Pesquisa em Educação, Cultura e Ação Comunitária. **Raízes e Asas:** 2002.

FREIRE, Paulo. **A educação na cidade.** São Paulo: Primavera, 2008.

_____. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 25ª ed. Paz e Terra, 2003.

GIROUX, Henry A. **Os Professores Como Intelectuais**. Porto Alegre: Artmed Editora, 1997.

KRAWCZYK, N. **O Ensino médio no Brasil**. São Paulo: Ação Educativa, 2011.

RODRIGUES, Neidson. Educação: **Da Formação Humana À Construção Do Sujeito Ético**. Educação & Sociedade, ano XXII, no 76, Outubro/2001. Disponível em: www.scielo.br/pdf/es/v22n76/a13v2276.pdf. Acesso: em: 06 de maio de 2019.

SEVERINO, A. J. O Projeto Político Pedagógico: A saída para a escola. In: AEC, **Revista de Educação**. Para Onde Vai a Escola? n.107, a. 27, abr./jun. 1994.

VOLPI, Mário et al. **10 desafios do ensino médio no Brasil**: para garantir o direito de aprender de adolescentes de 15 a 17 anos. – 1. ed. – Brasília, DF: UNICEF, 2014.